



Vitor Henrique Paro

por dentro da escola pública

4ª edição
obra revista

 **CORTEZ
EDITORA**

Vitor Henrique Paro

por dentro da escola pública

4ª edição
obra revista

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	15
Lista de siglas	17
Prefácio à 1ª Edição	21
Prefácio à 4ª Edição	23
Introdução	27
 Capítulo I O Bairro, a Escola e as Pessoas	 39
1 O bairro	39
2 A escola	44
3 As pessoas.....	51
3.1 Direção	52
3.2 Funcionários.....	56
3.3 Professores.....	59
3.4 Alunos	65
3.5 Pais de alunos	70
3.6 Supervisão do ensino.....	77
3.7 Membros de entidades de bairro e outros	78

Capítulo II	A Escola por Dentro: os condicionantes internos da participação	85
1	A estrutura formal da escola	86
2	A distribuição do poder e da autoridade no interior da escola	94
2.1	Sobre o exercício da autoridade na escola	96
2.2	O diretor no papel de gerente.....	109
	A autonomia da escola, 109; A burocracia estatal, 112; A supervisão do ensino, 117; Sem tempo para o pedagógico, 120; Diretor: juiz e carrasco, 123; A assistente de diretora, 125; Formação acadêmica, 129; Processo de escolha, 133; “Prestígio” e “recompensa”, 145; O sonho acabado, 149	
3	Os mecanismos de ação coletiva no interior da escola.....	150
3.1	Associação de pais e mestres	151
3.2	Conselho de escola.....	167
	O processo eletivo, 168; A divulgação das reuniões, 170; A frequência das reuniões, 170; A falta de envolvimento e de participação, 172; A participação de pais e alunos nas decisões: ainda uma ficção?, 176; Falta de ligação entre representantes e representados, 180; Fragmentos de uma reunião, 181; Conselho de escola: lugar em que se explicitam conflitos, 187	
3.3	Grêmios estudantis.....	190
3.4	Conselhos de classe.....	193
4	Relações interpessoais.....	197
	Diretora e professores, 197; Diretora e funcionários, 202; Diretora e alunos, 206; Diretora e pais, 207; Professores entre si, 208; Professores e demais funcionários, 210; Professores e alunos, 210; Professores e pais, 212; Funcionários e alunos, 215; Funcionários e pais, 216; Alunos entre si, 217; Pais entre si, 218	
5	Atendimento de pais e membros da comunidade.....	218
5.1	A visão sobre os usuários da escola.....	219

5.2 A veiculação de informações e o atendimento de rotina	232
5.3 Reuniões de pais.....	238
Capítulo III Processo de Ensino e Participação.....	249
1 Visão de educação escolar.....	250
Formação e informação, 250; Os educadores escolares, 252; Ensino: algo chato, mas necessário, 253; Valorização da educação escolar, 253; O componente ideológico, 256; O papel do Estado na educação, 261	
2 Participação da família no processo de ensino.....	264
A educação é delegada à escola, 265; Complementaridade entre família e escola, 267; Dicotomização entre trabalho da escola e da família, 267; Provimento de conteúdos: necessidade de a família ajudar, 268; Qualidade do ensino dependendo da ajuda dos pais, 269; A ausência do acompanhamento em casa e suas causas, 271	
3 O desempenho da escola.....	272
3.1 Os números	272
Evasão, 272; Retenção, 277; Promoção, 278	
3.2 As condições de trabalho	278
O espaço físico, 278; Livro didático, 279; Organização de tempo, 280; Assistência médica e odontológica, 281; Merenda, 281; Segurança, 283	
3.3 O pessoal: corpo docente e demais funcionários.....	284
Pessoal não docente, 284; A escassez de professores, 285; O baixo salário e as más condições de trabalho, 285; O desprestígio da profissão, 288; A distância e a falta de segurança, 288; O despreparo do professor, 289	
3.4 Os alunos	291
3.5 A qualidade do ensino	295
As aulas, 295; O que pensam os depoentes, 308; Orgulho ferido, 312; A avaliação do rendimento escolar, 313;	

O “aligeiramento” do ensino, 314; Disciplina, 315; Autoritarismo, punições, 321

Capítulo IV	A Comunidade e a Participação na Escola	327
1	Os movimentos de bairro e a escola pública	328
	A busca de serviços coletivos, 328; A “Associação da Favela”, 331; A Sociedade Amigos do Morro Alegre, 334; O conselho popular, 337; A Sociedade Amigos das Vilas Unidas do Morro Alegre, 338; A diversidade de atuação dos movimentos, 344; As lutas na esfera da produção e da reprodução, 346; A diversidade de classes dos movimentos de bairro, 350; Interesses estratégicos <i>vs.</i> interesses imediatos, 353; Os movimentos populares e a escola, 356	
2	A escola diante da questão da participação.....	359
	Condicionantes político-sociais: os interesses dos grupos dentro da escola, 359; Condicionantes materiais de participação, 361; Condicionantes institucionais, 362; Condicionantes ideológicos: a) a visão sobre a comunidade, 363; Condicionantes ideológicos: b) a visão de participação, 365; Utilização do espaço escolar pela comunidade, 375; Depredações, 378	
3	Participação da comunidade: condicionantes econômicos e culturais.....	383
	As condições objetivas de vida, 383; O “desinteresse” dos pais, 385; A tendência “natural” à não participação, 388; O medo da escola, 391; Os agentes “articuladores” da participação popular, 392	
	Para Não Concluir.....	395
	Referências	397

PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO

Por dentro da escola pública é, sem dúvida nenhuma, um dos trabalhos que mais me proporcionaram realização tanto profissional quanto pessoal. Em termos pessoais, foi um verdadeiro banho de realidade escolar brasileira, ao conviver, no contexto da pesquisa de campo, com as grandezas e misérias de nossa sempre sofrida escola pública fundamental. Por longo período estive, quase todos os dias, envolvido no cotidiano da escola pesquisada, investigando, observando, indagando, participando dos problemas, refletindo e comungando tristezas, alegrias e perplexidades com os sujeitos da escola e com as outras integrantes da equipe de pesquisa. A intensidade das relações pessoais, num ambiente amistoso, mas também de conflitos e de contradições, teve muito de sentimento, de emoção, mas igualmente de pensamento e de aprendizado que certamente acrescentaram conteúdos relevantes a minha personalidade como educador e como cidadão.

Em termos profissionais, a realização da pesquisa que deu origem à tese de livre-docência, e depois ao livro, foi decisiva para a construção de certa maturidade científica que eu perseguia desde meus primeiros estudos sobre educação, mas que nessa investigação adquiriu contornos mais definidos e mais sólidos, com a aplicação (e o exercício) de uma abordagem qualitativa de pesquisa, mais sensível à captação da realidade em exame. A metodologia utilizada na pesquisa de campo, que é apresentada na Introdução do livro, associada aos estudos teóricos no campo da filosofia e das ciências da educação,

INTRODUÇÃO

A situação precária em que se encontra o ensino público no Brasil, em especial o fundamental, é fato incontestável, cujo conhecimento extrapola o limite dos meios acadêmicos, expandindo-se por toda a população. A situação também não é nova, persistindo por décadas, com tendência de agravamento dos problemas e carências, sem que o Estado tome medidas efetivas visando à sua superação.

Esse fato leva a se colocarem sérias dúvidas a respeito do real interesse do Estado em dotar a população, em especial as amplas camadas trabalhadoras, de um mínimo de escolaridade, expresso na própria Constituição, mas que não encontra correspondente em termos de sua concretização. Parece, assim, que o caso da educação escolar constitui apenas mais um dos exemplos do descaso do Poder Público para com os serviços essenciais a que a população tem direito, como saúde, saneamento, moradia, etc.

Mas se, além de dever do Estado, a universalização do saber é considerada algo desejável do ponto de vista social, no sentido da melhoria da qualidade de vida da população, trata-se, então, de buscar alternativas que apontem para o oferecimento de um ensino fundamental de boa qualidade para todos os cidadãos. Tal busca, entretanto, não pode restringir-se apenas às fórmulas mágicas que, colocadas em prática, conseguiriam solucionar de vez o problema da carência de escolaridade em nosso meio. Os discursos de nossas autoridades educacionais estão repletos de belas propostas que nunca

CAPÍTULO I

O BAIRRO, A ESCOLA E AS PESSOAS

1 O BAIRRO

Localizado na Zona Oeste, nos limites do município de São Paulo, acha-se o bairro de Morro Alegre.¹ Sua topografia é bastante irregular. Da parte plana, recortada pela avenida principal, saem inúmeras ruas que conduzem às diversas “vilas” e “jardins” que compõem o bairro. É percorrendo uma dessas ruas, de pavimento e iluminação precários, que se atinge a Vila Dora, onde fica a Escola Estadual de 1º Grau (EEPG) Celso Helvens.

Segundo informações fornecidas por Mári, antiga professora da escola e moradora do bairro, que fez um estudo deste com seus alunos, Morro Alegre formou-se a partir da década de 1950, com o loteamento de uma antiga fazenda.

1. Para garantir o sigilo das fontes de informação, são fictícios os nomes do bairro e das localidades, bem como da escola e de todas as pessoas envolvidas na pesquisa.

CAPÍTULO II

A ESCOLA POR DENTRO: OS CONDICIONANTES INTERNOS DA PARTICIPAÇÃO

A elucidação dos condicionantes presentes no interior da instituição escolar pode ser feita, numa aproximação preliminar, a partir da consideração dos seguintes aspectos: 1) a estrutura organizacional da escola em seu caráter legal; 2) a real distribuição hierárquica dos que atuam no interior da unidade escolar; 3) os mecanismos de ação coletiva aí presentes; 4) as relações interpessoais; 5) o atendimento aos pais e membros da comunidade; 6) o processo ensino-aprendizagem propriamente dito. Neste capítulo, levo em conta esses vários aspectos, com exceção do último, que será tratado no capítulo III. É importante salientar, ainda, que, ao apresentar os resultados das observações e entrevistas realizadas durante a investigação, serão consideradas as opiniões e expectativas dos depoentes de dentro e de fora da escola a respeito dos temas tratados. Dessa forma, além dos aspectos acima apontados, lidarei com as representações dos agentes envolvidos, o que não deixa de significar importante elemento condicionador da disposição das pessoas em envolver-se num processo de participação.

O desencantamento de Maria Alice diante das dificuldades por que passa para fazer funcionar sua escola com um mínimo de qualidade

O sonho acabado que seja compatível com a realização de seus objetivos educacionais tem todos os ingredientes de um fim de sonho. Por muitos anos, ela alimentou o desejo de ver realizar-se, sob seu comando, o ideal de uma escola de boa qualidade e a convicção de que isso era possível a partir da dedicação e do entusiasmo, que não lhe faltavam. A educação escolar era, ao mesmo tempo, a forma de ligar-se com o outro, com a sociedade, com os que dela precisavam, e o instrumento de realização pessoal e profissional, requisito básico para sentir-se valorizada e útil aos olhos de todos e de si própria. Agora a sociedade parece rir-se diante de quem ousa colocar um ideal social acima dos próprios interesses pessoais de simplesmente levar vantagem, ganhar mais e projetar-se diante dos demais. Não que Maria Alice não desejasse também essa projeção. Mas que ela fosse o resultado de seu êxito em levar o saber escolar aos que dele necessitam. E o que hoje experimenta é uma enorme frustração, misto da descrença diante do descaso crônico do Estado diante da precariedade da escola e do próprio sentimento de impotência para realizar aquilo que um dia acreditou ser a sua vocação. A consciência dessa realidade leva-a às lágrimas e comove também a mim, que a escuto.

Em todas as profissões deve haver pessoas que chegam a esse tipo de desencantamento. Mas é difícil acreditar que o caso de Maria Alice seja único, ou mesmo tão raro, entre os diretores de escola pública, especialmente entre aqueles (que não devem ser poucos) que um dia sonharam ocupar a posição de chefe de escola porque, entre outras vantagens, estariam assim com o poder de resolver os problemas da escola e propiciar ensino de boa qualidade à população. Não que esse sonho deva ser visto como algo angelical, no qual só há o desprendimento humano e a ausência do desejo de afirmação pessoal e até de domínio sobre grupos. Mas mesmo isto não nos autoriza ignorar que, no projeto de se tornar diretor, pode estar também algo que se identifica com o interesse em servir a uma causa com alto valor social.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE ENSINO E PARTICIPAÇÃO

No capítulo anterior, mencionei o processo de ensino propriamente dito como um dos condicionantes internos da participação na escola. Na verdade, o exame dos fatos e relações que se verificam no contexto da apropriação do saber, dentro do estabelecimento de ensino, pode constituir recurso privilegiado para se avaliarem importantes aspectos da participação dos usuários na vida escolar. É nesse contexto que se pode verificar com maior nitidez o embate entre a “cultura” adotada e oferecida pela escola e a que é trazida pelo aluno. Movidos por seus respectivos interesses, põem-se frente a frente aí, com seus contrastes e similitudes, os conteúdos culturais e a visão de mundo da instituição escolar e de seus usuários. Nesse processo, adotam-se padrões de comportamento e atitudes que entram ou facilitam a participação desses usuários nas decisões da escola.

Em termos da presente investigação, era necessário estar bastante atento às contradições decorrentes desse embate para poder captar, nos procedimentos dos atores envolvidos, as predisposições e as potencialidades de um e de outro na concretização de algum processo de coparticipação nas decisões. Da parte da instituição escolar,

CAPÍTULO IV

A COMUNIDADE E A PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Com relação aos condicionantes da participação¹ da comunidade externos à unidade escolar, pode-se afirmar que, *grosso modo*, essa participação é geralmente determinada pelos seguintes elementos: 1) os condicionantes econômico-sociais ou as reais condições de vida da população e a medida em que tais condições proporcionam tempo, condições materiais e disposição pessoal para participar; 2) os condicionantes culturais ou a visão das pessoas sobre a viabilidade e a possibilidade da participação, movidas por uma visão de mundo e de educação escolar que lhes favoreça ou não a vontade de participar; 3) os condicionantes institucionais ou os mecanismos coletivos, formalizados ou não, presentes em seu ambiente social mais próximo, dos quais a população pode dispor para encaminhar sua ação participativa.

1. Aqui é bom lembrar a concepção de participação que assumi desde a Introdução deste trabalho, ou seja, participação na tomada de decisões. Isso não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não tem esta como fim, mas sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, esta entendida como partilha de poder. Essa distinção é necessária para que não se incorra no erro comum de tomar a participação na execução como um fim em si, quer como sucedâneo da participação nas decisões, quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo (PARO, 1992, p. 40).

Uma das obras mais fascinantes do educador Vitor Paro é apresentada agora em sua quarta edição revista. A riqueza do humano e a gravidade dos problemas do dia a dia de nossas escolas vêm à tona de forma pungente, levando o leitor a atitudes de não indiferença diante do descaso público pela escola fundamental. Um livro que informa, emociona e faz pensar. Provoca reflexão e tomada de consciência tanto de educadores quanto do público em geral. Como afirma o próprio autor, “a luta pelo alcance de uma escola pública que consiga dotar a população de um mínimo de saber compatível com uma vida decente não é responsabilidade desta ou daquela pessoa ou instituição, mas de todos os cidadãos de uma sociedade civilizada”.



CORTEZ
EDITORA